

Plano Diretor

Brasília, ao deslocar para os vazios geográficos do Planalto o centro das decisões nacionais, trouxe consigo o magnetismo que polarizaria para os seus espaços urbanos os sonhos e as esperanças de milhões de brasileiros. Não é sem outra razão que ao longo dos últimos 30 anos os fluxos migratórios de todos os quadrantes do País passaram a convergir para a capital da República e os seus arredores.

Afortunadamente, o traçado urbanístico do Plano Piloto, por sua ordenação estrutural, estabeleceu limites para a ocupação dos solos criados, impedindo naturalmente deformações nos respectivos usos. A mesma idéia geral de disciplinar o crescimento urbanístico passou a influenciar de forma ordenada a expansão urbana das cidades-satélites. Tais circunstâncias, no entanto, não impedem as pressões normais em busca de espaços para abrigar as múltiplas atividades que o desenvolvimento reclama para incorporar novos segmentos urbanos numa complementação que é corolário espontâneo do progresso. Diante desse determinismo não há como impedir a progressão no processo de ocupação e uso das terras do DF. As direções

e o sentido de semelhante avanço devem obedecer a um Plano Diretor com a finalidade de harmonizar o desenvolvimento econômico e social, equilibrando os núcleos de expansão com as áreas já ocupadas, garantindo a qualidade de vida e assegurando os fatores de consolidação.

Importa assinalar que esse planejamento irá desenhar os troncos de crescimento, fazendo aflorar, de forma irretratável, a importância do Entorno, não com funções secundárias nas projeções de crescimento do DF, mas como complemento indispensável que leve a um desenvolvimento integrado.

O governador Joaquim Roriz tem o respaldo de uma eleição democrática que o consagrou por larga maioria, credenciando-o a propor e consolidar uma política de racionalização para ocupação e uso das terras brasilienses, guardadas as relações indispensáveis entre o campo e a cidade, o DF e o seu Entorno, no interesse do bem-estar coletivo. A autonomia política do Distrito Federal permite atuar em favor de seus próprios interesses e somente em razão deles.

E um Plano Diretor pode ser a síntese dessa realidade.